

Senadores analisam os efeitos da crise no Brasil



Fernando Donasci/Folha Imagem

Dia de preocupação na Bovespa, que fechou em baixa de 9,36%, a pior queda em nove anos

O Brasil está imune à crise da economia norte-americana, que derrubou as bolsas de valores em todo o mundo? Para Eduardo Suplicy, o país vai transformar o episódio em oportunidade positiva de crescimento. Não é o que pensam os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do DEM, José Agripino. Enquanto Virgílio considera o governo "despreparado para o pior", Agripino prevê que um eventual colapso nas *commodities* pode prejudicar, e muito, o Brasil. Também cauteloso, Cristovam Buarque teme o aumento do endividamento do cidadão brasileiro e a conseqüente inadimplência. Tanto ele quanto Virgílio sugerem atenção com os gastos públicos, para evitar o agravamento dos efeitos no país. 3

Chip para controlar a jornada de motorista

O grupo que estuda as condições de trabalho dos profissionais do setor de transporte rodoviário apresenta sugestões para enfrentar problema da jornada excessiva. 4

Central tira dúvida sobre a nova lei do estágio

Estudantes, empresas e instituições de ensino podem esclarecer no Ciee dúvidas sobre a nova lei do estágio, proposta pelo Senado e sancionada pelo Executivo. 2

Documentário reconstitui a trajetória de Jango

Produzido pela TV Senado, o documentário *Jango em 3 atos* será lançado no próximo dia 15 no Auditório Antonio Carlos Magalhães. 4

Ciee diz que proposta de Osmar Dias recém-sancionada dá mais segurança tanto aos estudantes quanto a quem os contrata, além de manter o caráter pedagógico do estágio

Nova lei do estágio recebe elogios do empresariado

COM O OBJETIVO de tirar dúvidas sobre a nova lei do estágio (Lei 11.788/08), sancionada pelo presidente da República na semana passada, o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) criou uma central de atendimento para estudantes, empresas e instituições de ensino, cadastrados ou não em seu banco de dados. O serviço é prestado gratuitamente pelo 0800-771-2433.

O Ciee foi criado há 44 anos pelo empresariado nacional com o objetivo de oferecer formação e oportunidades aos estudantes no seu ingresso no mercado de trabalho.

Declaração apresentada pela instituição após a sanção da lei – originada de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) – identifica “três grandes méritos” da nova

Lei originada de projeto do Senado limita a jornada de estagiário e prevê “recesso” de 30 dias

lei: “a manutenção do caráter pedagógico do estágio e da participação da instituição de ensino na definição e na aprovação do plano de atividades do estudante em ambiente de trabalho; a maior segurança para as organizações concedentes de estágio, que passam a contar com um instrumento legal moderno e mais adequado à realidade atual do mercado de trabalho;

e a gratuidade obrigatória de todos os serviços prestados aos estudantes pelos agentes de integração”.

Entre outras alterações positivas, como a autorização explícita para o estágio de alunos do ensino médio, o presidente executivo do Ciee, Luiz Gonzaga Bertelli, também destaca

a concessão de férias, “desde que o jovem utilize esse período para o merecido descanso após um ano de dupla jornada, a da escola e do estágio”.

De acordo com a lei, o estágio poderá ser ou não obrigatório, mas não criará qualquer vínculo empregatício. Além dos órgãos públicos e empresas privadas, poderão contratar estagiários profissionais liberais de nível superior registrados no respectivo conselho profissional. O estudante ficará obrigado a apresentar relatórios semestrais dessa atividade à sua instituição de ensino. A legislação estabelece ainda que o estágio será de quatro horas diárias e 20 horas semanais no caso de educação especial e de educação de jovens e adultos. Para os estudantes do ensino superior, da educação profissional e do ensino médio, a carga horária é de seis horas diárias e 30 horas semanais.

Projeto de Osmar Dias originou a legislação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou projeto do senador Osmar Dias que regulamenta o estágio de estudantes no país, modernizando a legislação que tratava do assunto e já havia completado 30 anos. A Lei 11.788/08 foi publicada no *Diário Oficial da União* na última sexta-feira.

A votação do projeto no Senado, em novembro de 2007, foi polêmica, pois o senador reclamou que o governo havia “pirateado” sua proposta, enviando à Câmara matéria parecida.

Depois de negociações, o projeto do governo (PLC 44/07) foi anexado à proposta de Osmar Dias (PLS 473/03), a qual recebeu várias emendas e, por isso, teve de ser remetida ao exame dos deputados, que a aprovaram recentemente, sem mudanças.

De acordo com a nova lei, a duração máxima do estágio na mesma empresa será de dois anos (exceto para estagiário com deficiência) e, nos estágios com duração

igual ou superior a um ano, é garantido recesso de 30 dias (o projeto do governo previa 15 dias de recesso).

O empregador deverá contratar um seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

No Senado, o então projeto recebeu pareceres favoráveis da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), pela Comissão de Assuntos So-

ciais (CAS), e de Raimundo Colombo (DEM-SC), pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Ideli argumentou que a proposta consolida o conceito de estágio como ato educativo escolar, supervisionado diretamente pelas instituições de ensino e organizado de acordo com o programa pedagógico dos cursos. Já Colombo ponderou que a proposta obriga as escolas a indicarem professores para acompanhamento do estagiário.

Primeiro emprego

O autor da proposta registrou que 60% dos estagiários acabam tendo seu primeiro emprego na mesma empresa onde estagiaram.

O senador Osmar Dias destacou ainda que, para evitar abusos, as empresas grandes não poderão ter estagiários em número superior a 20% do número de empregados.



Osmar Dias diz que proposta objetiva evitar abusos



Jereissati, Paim e Alvaro Dias propõem soluções diferentes para a questão

Prontas para votação propostas que acabam com voto secreto

Entre os 46 projetos prontos para votação no Plenário do Senado, logo após as eleições, estão três propostas de emenda à Constituição que tratam do fim do voto secreto nos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados para cassação de mandatos parlamentares, do exame de vetos presidenciais a projetos do Legislativo e do exame da indicação de embaixadores. Todas as matérias já passaram pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta mais antiga, apresentada em 2004 pelo então senador Sérgio Cabral, hoje governador do Rio de Janeiro, é a PEC 30/04, que teve como relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A segunda, do senador Paulo Paim (PEC 50/06), propõe o fim da votação secreta no Congresso. As duas receberam na CCJ substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que aceitou emendas para manter secretas as votações de competência privativa do Senado, como indicações de ministros de tribunais, diretores de agências estatais e presidente e diretores do Banco Central.

O substitutivo foi apresentado poucos dias após o Plenário

do Senado ter decidido, em sessão secreta, no segundo semestre do ano passado, absolver o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) da acusação de quebra do decoro parlamentar, e espera por votação do Plenário desde setembro de 2007.

O terceiro e mais recente projeto (PEC 86/07) foi proposto pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e só torna abertas as votações para cassação de mandato parlamentar.

Para que um projeto seja colocado em votação, o presidente do Senado costuma consultar os líderes partidários, que indicam as matérias do seu interesse. Desde o episódio que ficou conhecido como mensalão, o Congresso tem debatido se as votações de cassação de mandato devem continuar secretas. Na Câmara, chegou a ser aprovada em setembro de 2006, um mês depois que os deputados absolveram o 11º acusado de integrar o esquema do mensalão, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição (PEC 349/01) para abrir as sessões. Mas os líderes não chegaram a um acordo para votar a matéria em segundo turno e enviá-la ao Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 14h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

Não houve sessão deliberativa ontem no Plenário do Senado Federal.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadores fazem sugestões para enfrentar a crise

O pacote do governo norte-americano para salvar a economia do país foi rejeitado ontem pela Câmara dos Estados Unidos (House of Representatives). A medida recebeu 205 votos favoráveis e 228 contrários. Para que o pacote fosse aprova-

do, seriam necessários 218 votos favoráveis.

A notícia derrubou as bolsas de valores em Nova York, e o Índice Dow Jones sofreu uma queda de mais de 700 pontos. A Bolsa de São Paulo (Bovespa), a mais importante do Brasil, fechou em queda de 9,36%.

O que essa crise representa para o Brasil? Os senadores Arthur Virgílio, José Agripino, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy comentam o assunto e fazem recomendações sobre a postura a ser adotada pelo governo brasileiro.

ARTHUR VIRGÍLIO



Primeira medida preventiva deve ser contenção de gastos

Diante da crise que atinge os mercados do mundo, a primeira medida preventiva a ser adotada pelo governo brasileiro deveria ser a contenção imediata dos gastos públicos, afirmou ontem o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), em entrevista à Agência Senado.

Com a rejeição pela Câmara dos Deputados dos EUA do pacote de ajuda financeira aos bancos norte-americanos, as bolsas de valores de todo o mundo despencaram. Na de São Paulo (Bovespa), as operações chegaram a ser suspensas quando a queda superou os 10%. A Bovespa fechou em queda de 9,36%.

Na avaliação do líder tucano, as autoridades econômicas do governo brasileiro têm adotado o "papel de avestruz" nas últimas semanas ao insistirem em acalmar os investidores nacionais. Para Arthur Virgílio, a atual administração se mostra "despreparada para o pior".

– Se o preço das *commodities* continuar caindo, o crescimento da economia será menor que o previsto. E isso se o Brasil for atingido apenas periféricamente. Não podemos medir ainda o quão grave é a crise. O mundo ainda não tem dimensão de sua extensão – observou o senador.

A atual crise financeira nos Estados Unidos, que já atinge os mercados do mundo todo, é reflexo da crise do setor de crédito imobiliário naquele país. Grandes bancos que têm as chamadas hipotecas podres começaram a quebrar e gerar efeito dominó por toda a economia norte-americana.

JOSÉ AGRIPINO



Nenhum país está imune ao que acontece no mundo

"País nenhum está imune à crise", e insinuar o contrário "é uma falta de responsabilidade", afirmou o líder do DEM, José Agripino (RN), em entrevista à Agência Senado. O senador criticou as declarações de autoridades do governo brasileiro que procuram amenizar a gravidade da crise financeira que atinge os mercados mundiais.

O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, disse ontem ainda acreditar na aprovação do pacote de ajuda ao sistema financeiro pelo Congresso americano. Frisou, no entanto, que o país está preparado para qualquer situação.

– Estaremos acompanhando os acontecimentos, as consequências que essa situação possa ter em relação ao Brasil, mas posso dizer que a situação é bastante normal no Brasil. A economia está funcionando normalmente, o mercado doméstico está bem, as empresas estão sólidas, os bancos brasileiros estão sólidos – declarou Mantega.

A avaliação do líder do Democratas, no entanto, é mais pessimista.

– As *commodities* vão entrar em colapso, o que vai prejudicar muito a economia. O Brasil é, hoje, uma economia globalizada, que está em interface com o mundo todo. Tem mais é que ficar muito antenado – advertiu Agripino.

Mas o ministro ponderou que os efeitos da crise no setor financeiro norte-americano são menores nas economias em desenvolvimento. "Os países avançados são o epicentro da crise, é onde a crise está acontecendo", acrescentou em entrevista coletiva.

CRISTOVAM BUARQUE



Com cidadãos mais endividados, Brasil precisa se proteger

A rejeição do pacote emergencial de socorro ao sistema financeiro elaborado pelo governo norte-americano preocupou Cristovam Buarque (PDT-DF), que confiava na aprovação das medidas.

"A recusa pode levar a uma crise de proporções sérias", opinou em entrevista à Agência Senado. Para o senador, o Brasil já vem sendo atingido pela instabilidade nos mercados de capitais e a situação só vai se agravar diante da decisão do Congresso norte-americano de rejeitar o pacote de medidas. O crescimento do endividamento do cidadão brasileiro e a consequente inadimplência também devem ser, segundo Cristovam, motivo de preocupação. Ele defendeu a intervenção estatal nas instituições bancárias em crise, mesmo sendo medida impopular, mas exigiu punição aos culpados.

– Defendo não deixar banco quebrar, nem o banqueiro, que geriu mal a instituição, solto – observou.

Na avaliação do senador, o país precisa se proteger, adotando, entre outras medidas, o controle dos gastos públicos, que vêm crescendo acima do produto interno bruto (PIB). Além disso, advertiu, é preciso dar atenção ao balanço de transações correntes, que está em déficit.

Para Cristovam, mesmo com a crise, o capitalismo não está no fim, e só acabará quando outro sistema o substituir.

– Hoje, é o capitalismo ou o caos.

Mais uma vez, ele defendeu uma revolução no setor educacional, como forma de criação de um sistema para substituir o atual e de eliminação de diferenças.

EDUARDO SUPLYCY



Problemas podem trazer oportunidade de crescimento

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o Brasil não sofrerá gravemente as consequências da crise financeira que se originou nos Estados Unidos. "Sou otimista: o país vai aproveitar a crise para ter oportunidade positiva de crescimento", afirmou ontem o senador à Agência Senado.

O discurso de Suplicy reforça a percepção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse acreditar que, "se o Brasil passar por algum aperto, será pequeno".

No que diz respeito à economia real, apontou o senador, o país está bem: a taxa de crescimento chegará a 6% ao ano; o número de empregos formais vem aumentando; o volume de reservas é recorde, superior à dívida externa, o que significa um "colchão tranquilizador"; e a taxa de inflação também está baixa e sob controle.

– Felizmente, o governo vem tomando medidas para o equilíbrio da balança de pagamentos – acrescentou.

Suplicy ressaltou ainda as perspectivas positivas de crescimento do número de empregos e da realização de investimentos no país, especialmente com as novas reservas de petróleo encontradas pela Petrobras. Ele lembrou que, se por um lado a desvalorização do real torna as importações mais caras, por outro aumenta a remuneração dos exportadores, o que poderá representar um efeito positivo para a balança comercial.

O senador disse ainda acreditar na aprovação de um novo conjunto de medidas pelo Congresso americano "com modificações".



Reprodução/ABL

Senado prepara homenagens ao escritor Machado de Assis

O Senado deve realizar ainda este ano uma sessão especial para lembrar o centenário do falecimento do chamado "bruxo do Cosme Velho", o escritor Joaquim Maria Machado de Assis. Nascido a 21 de junho de 1839 no Rio de Janeiro, o romancista, contista, poeta, teatrólogo e crítico literário Machado de Assis morreu na mesma cidade em 29 de setembro de 1908.

A sessão especial pela passagem do centenário da morte do escritor foi requerida por Marco Maciel (DEM-PE), com o apoio de outros senadores. O

requerimento aguarda aprovação do Plenário.

Na justificativa do pedido, Marco Maciel lembra que este é o Ano Nacional Machado de Assis, instituído pela Lei 11.522/07, e que o escritor foi co-fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL). O senador argumenta ainda que a obra de Machado de Assis merece ser mais divulgada e discutida, pois o escritor "levou o idioma português a um singular nível de força e beleza".

No mês de novembro, Machado de

Assis será homenageado também com atividades do Ano Cultural Artur da Távola do Senado Federal. Está prevista uma exposição sobre o escritor, além do lançamento de um encarte de contos, um DVD da Rádio Senado, a reedição do livro de crônicas *O Velho Senado* e o lançamento de livros sobre sua vida e sua obra. Em novembro será realizado um painel de discussões sobre o escritor e sua obra.

O primeiro texto literário de Machado foi o soneto *À Ilma. Sra. D.P.J.A.* e saiu no *Periódico dos Pobres*. Ele tinha 15 anos.

Machado de Assis deixou textos memoráveis sobre as atividades do chamado Velho Senado

Mobilização contra prática do trabalho escravo no país

A Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo reúne-se no próximo dia 8 para discutir a mobilização nacional pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que prevê o confisco de terras nas quais for constatado trabalho escravo. No dia 17, será intensificada, em todo o Brasil, a coleta de assinaturas para que a proposição seja acolhida ainda este ano na Câmara dos Deputados. Os organizadores pretendem obter o apoio de 1 milhão de pessoas. A subcomissão é subordinada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

A proposta (PEC 438/01), que determina que as terras confiscadas sejam destinadas à reforma agrária, já foi aprovada em dois turnos no Senado e em primeiro turno na Câmara dos Deputados – onde está parada desde 2004. A medida tem sido alvo de manifestações contrárias por parte de um grupo de parlamentares.

Nova abolição

A mobilização, organizada pela Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, tem como coordenador no Senado o presidente da subcomissão, José Nery (PSOL-PA). Para ele, a expropriação das terras onde for flagrada mão-de-obra escrava, que está sendo chamada de “a segunda abolição da escravatura no Brasil”, é medida justa e necessária.

– Escravidão é violação dos direitos humanos e deve ser tratada como tal. Se um proprietário de terra a utiliza como instrumento de opressão, deve perdê-la, sem direito a indenização – afirmou ontem José Nery em entrevista à Agência Senado.

Também integram a frente nacional a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil da Câmara, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria Geral do Trabalho, a Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Comissão Pastoral da Terra e a Organização Internacional do Trabalho.

O governo federal lançou no dia 10 o 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. O programa, de cujo lançamento Nery participou, inclui a aprovação de várias propostas em tramitação que tenham por objetivo combater a prática do trabalho escravo – entre elas a PEC 438/01.



Para José Nery, a expropriação de terra é medida justa e necessária

Representantes de entidades patronais e de trabalhadores discutem mecanismos para evitar jornada de trabalho excessiva do motorista profissional, que pode ganhar estatuto



Integrantes do grupo de trabalho discutiram também a redação final do Estatuto do Motorista Profissional

Grupo sugere chip para medir jornada de motorista

A EQUIPE QUE estuda as condições de trabalho dos profissionais do setor de transporte rodoviário sugeriu ontem de manhã a utilização de *chip* para o controle do horário de atividade dos motoristas, em substituição ao registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, o chamado tacógrafo. O grupo é constituído por representantes de entidades patronais e dos trabalhadores do setor e funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo informou Francisco Canindé de Oliveira, assessor jurídico do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), e que o representou na coordenação dos trabalhos, o *chip* já existe no mercado e é usado para controle de pedágio. Os integrantes do grupo de trabalho discutiram a possibilidade de aprimorar esse equipamento de forma a que o instrumento também faça o controle da carga horária dos motoristas.

Francisco Canindé disse que o *chip* é mais eficiente do que o tacógrafo porque não pode ser

desligado, ajustado ou alterado pelo caminhoneiro ou pelo dono do caminhão. Ressaltou ainda que, com aperfeiçoamento, o *chip* tem a capacidade de registrar o tipo de caminhão, o horário em que o veículo foi ligado, o período e o local de tráfego, bem como quantos quilômetros rodou.

Na reunião de ontem, informou o assessor jurídico, o grupo de trabalho discutiu a redação final do projeto de lei do Estatuto do Motorista Profissional (PLS 271/08), de autoria do senador Paulo Paim. A proposta tramita em conjunto com o PLS 91/03 – também apresentado por Paim –, que tem como objetivo regulamentar a atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos. O colegiado quer chegar a um consenso e apresentar um texto que contemple os interesses do governo, do setor patronal e dos trabalhadores.

O documento será debatido em audiência pública marcada para o dia 13 de outubro, às 9h, com a finalidade de definir um texto consensual que poderá servir de subsídio ao senador que vier a ser designado relator do projeto. A matéria tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa.

Chip é considerado mais eficiente do que o tacógrafo, por não permitir alteração no funcionamento

Foram convidados para a audiência pública representantes dos ministérios do Trabalho e Emprego e dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Polícia Federal,

da Polícia Rodoviária Federal e do Ministério Público do Trabalho. Também deverão participar integrantes da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e de organizações representativas dos patrões e dos empregados da área de transporte de carga e de passageiros – o que inclui motos e táxis – e das centrais sindicais.

TV Senado lança documentário *Jango em 3 atos*

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove no próximo dia 15, às 19h, o lançamento do documentário *Jango em 3 atos*, produzido pela TV Senado. O filme conta a história da vida, do governo e do exílio do ex-presidente da República João Goulart.

Com direção do jornalista Deraldo Goulart, o documentário foi criado por meio de relatos de vários protagonistas dos fatos que culminaram com a queda do presidente eleito e a instauração do regime militar, segundo informações

divulgadas pela emissora. Jango governou o Brasil de 31 de janeiro de 1961 a 1º de abril de 1964.

A polêmica em torno das circunstâncias da morte de Jango, em 1976, faz parte do relato cinematográfico. Oficialmente, a causa foi um ataque cardíaco. No entanto, segundo Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço secreto uruguaio, preso desde 2003 na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, Jango teria sido morto a pedido do governo brasileiro.

Deraldo Goulart também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em 3 atos* contou com o apoio do Instituto Presidente Goulart, que cedeu documentos e fotos do acervo da família.

O lançamento do documentário ocorrerá no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, na sede do Programa Interlegis, e terá a presença dos parlamentares da CDH e de vários convidados. A projeção do filme deverá ser seguida de debate.

Senado comemora dia 16 bicentenário do Banco do Brasil

O bicentenário do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do país, vai ser comemorado pelo Senado Federal no período do expediente da sessão do próximo dia 16, às 14h. O requerimento solicitando a homenagem é de autoria do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente da Casa. O banco foi criado em 12 de outubro de 1808 pelo então príncipe regente dom João.

A primeira agência do BB, no Rio de Janeiro, funcionou como uma espécie de banco central misto, chegando a ser a quarta instituição emissora do mundo, depois dos bancos da Suécia, da Inglaterra e da França. Após saque de volumosa quantia e o retorno de dom João VI para Portugal, o banco faliu.

Posteriormente, Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, criou em 1851 um novo Banco do Brasil. Em 1853, o BB instituído por Mauá fundiu-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, por determinação legislativa liderada pelo Visconde de Itaboraí, considerado o fundador do BB de hoje.

Atuação

As primeiras linhas de crédito rural do Banco do Brasil datam da década de 80 do século 19. Até a criação do Banco Central, em 31 de dezembro de 1964, o BB era o emissor de moeda no país. Atualmente, a instituição desempenha importante papel no agronegócio do país, financia parte das exportações e contribui para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas por meio de linhas de crédito, capital de giro e investimento.

O Banco do Brasil é constituído na forma de sociedade de economia mista e tem o Tesouro Nacional como maior acionista, com participação de 68,7%, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do BB (Previ), com 11,4%. O capital estrangeiro conta com 6,9% das ações e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESpar) tem 5%. Pessoas físicas e jurídicas detêm, respectivamente, 4% e 3,9% das ações do BB.

A instituição tem 15.133 pontos de atendimento no Brasil, incluindo agências e postos, e está presente em outros 21 países. Com 82,5 mil funcionários, além de estagiários e trabalhadores com contratos temporários, o banco registrou, no primeiro trimestre de 2008, um total de 26,4 milhões de correntistas, R\$ 404,9 bilhões de ativos e uma carteira de R\$ 172,8 bilhões.



Homenagem à instituição de crédito foi solicitada por Garibaldi Alves